



Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Pesquisa – Propesq
Superintendência de Projetos

Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-Af/CNPq), e Iniciação à Pesquisa Institucional (BIPI/UFSC) – 2018/2019



CENTRO SOCIOECONÔMICO (CSE)

Este relatório sintetiza as informações julgadas pertinentes, relativas às atividades da Comissão de Seleção e Acompanhamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Pesquisa Científica (PIBIC/CNPq, PIBIC-Af/CNPq e BIPI/UFSC), biênio 2018/2019, no âmbito do Centro Socioeconômico designada pelo Diretor do Centro Prof. Dr. Irineu Manoel de Souza, conforme Portaria n.º 014/CSE/2018, de 08 de fevereiro de 2018.

1. Reuniões de trabalho:

1ª Reunião: 19 de abril de 2018, mini-auditório do DSS/CSE.

2ª Reunião: 06 de maio de 2018, sala do Conselho do CSE.

3ª Reunião: 24 de maio de 2018, sala do Conselho do CSE.

2. Participantes:

2.1. Membros da Comissão de Seleção e Acompanhamento:

UNIDADE	PROFESSOR	DEPTO	CENTRO	E-mail
CSE	Ricardo Lara (P)	DSS	CSE	ricardo.lara@ufsc.br
	René Birochi	CAD	CSE	rene.birochi@ufsc.br
	Rosalia Aldraci Barbosa Lavarda	CAD	CSE	rblavarda@gmail.com
	Alex Mussoi Ribeiro	CCN	CSE	alex.mussoi@ufsc.br
	Marcelo Arend	CNM	CSE	marceloarend@yahoo.com.br
	Keli Regina Dal Prá	DSS	CSE	keliregina@yahoo.com
	Rogério Tadeu de Oliveira Lacerda	CAD	CSE	rogerlacerda@gmail.com
	Sandra Rolim Ensslin	CCN	CSE	sensslin@gmail.com
	Karine de Souza Silva	CNM	CSE	karine.silva@ufsc.br
	Jaime Hillesheim	DSS	CSE	jaimehil@yahoo.com.br

3. Atividades desenvolvidas pela comissão:

3.1. Discussão sobre o *modus operandi* da Comissão

Primeira reunião: o Presidente da comissão deu início aos trabalhos e apresentou as orientações gerais para a Comissão de Seleção e Acompanhamento do Programa 2018/2019, de acordo com as orientações fornecidas pelo Superintendente de Projetos da Pró-Reitoria de Pesquisa, Prof. Armando Albertazzi Gonçalves Junior. Apresentação dos critérios de avaliação das propostas, conforme o Edital Propesq 01-2018, como também foram discutidas e sanadas as dúvidas referentes as avaliações dos projetos e o preenchimento do formulário eletrônico.

Segunda reunião: alguns professores que justificaram ausência na primeira reunião solicitaram informações sobre o Edital, a reunião retomou a apresentação dos critérios de avaliação das propostas, conforme o Edital Propesq 01-2018, como também foram discutidas e sanadas as dúvidas referentes as avaliações dos projetos e o preenchimento do formulário eletrônico.

Terceira reunião: apresentação do resultado das avaliações das propostas, ordem de classificação e não classificados.

Durante o processo de avaliação ocorrem trocas de informações entre os avaliadores e o Presidente da comissão para sanar dúvidas que surgiram no decorrer das avaliações.

3.2. Atividades dos Membros e do Presidente da Comissão:

Presidente: convocação das reuniões; distribuição dos projetos para avaliação; explicações sobre as normas do Edital e formulário online de avaliação; acompanhamento das avaliações; elaboração do relatório final.

Membros: participação nas reuniões e avaliação das propostas.

4. Definição dos critérios de avaliação dos projetos:

4.1. Critérios adotados para a avaliação

A comissão seguiu os critérios de acordo com Edital Propesq 01/2018, os Elementos de Pontuação das Propostas – PIBIC e o material do Comitê Pró-Iniciação Científica oferecido na reunião com Presidentes das Comissões do PICT no dia 18/04/2018.

A Comissão não considerou na avaliação das propostas a nota do Relatório Final do ciclo 2016/17, pelo motivo de que o CSE não dispunha das notas dos relatórios finais do referido ciclo.

Cada proposta apresentada para concorrer as Bolsas de Iniciação Científica foi avaliada com base nos seguintes critérios: (a) Curriculum Vitae do pesquisador proponente; (b) Projeto de Pesquisa no qual a solicitação da bolsa está inserido e o respectivo Plano de Trabalho previsto para as atividades do bolsista; nota do Relatório Final do ciclo 2016/17. O item (a) responde por 60% da avaliação e o (b) por 40%. O maior peso na avaliação do pesquisador proponente está em conformidade com as ênfases estabelecidas pelo CNPq para o PIBIC, que é fortemente baseada na qualificação do pesquisador.

4.1.1. Pontuação do Orientador (Requisitos mínimos)

O pesquisador foi avaliado com base em quatro elementos: (1) Se bolsista do CNPq; (2) Produção científica, tecnológica ou artística; (3) Formação de Recursos Humanos e (4) Tempo de doutoramento. Se o proponente é ou não é bolsista do CNPq, os pesos para os quatro itens foram diferentes e de acordo com a tabela a seguir:

Item da avaliação	É bolsista CNPq PQ ou DT	Não é bolsista CNPq PQ ou DT
-------------------	--------------------------	------------------------------

Bolsista	10%	0%
Produção	35%	35%
Formação de RH	15%	15%
Tempo de Titulação	0%	10%

Produção Científica, Tecnológica ou Artística – Período 2015 a 2018

Foram atribuídos pontos conforme a tabela a seguir, que, ao serem multiplicados pelas respectivas quantidades, foram somados.

1,00 por artigo em periódico com qualis A1
0,80 por artigo em periódico com qualis A2
0,70 por artigo em periódico com qualis B1
0,60 por artigo em periódico com qualis B2
0,40 por artigo em periódico com qualis B3
0,20 por artigo em periódico com qualis B4
0,10 por artigo em periódico com qualis B5
0,05 por artigo em periódico com qualis C
0,10 por trabalho completo em anais de congresso no exterior
0,05 por trabalho completo em anais de congresso no país
1,00 por livro internacional organizado
0,70 por livro nacional organizado
0,60 por capítulo de livro (internacional)
0,40 por capítulo de livro (nacional)
1,00 por prêmio ou trabalho premiado no exterior
0,70 por prêmio ou trabalho premiado no país
1,00 por patente internacional concedida
0,70 por patente nacional concedida

Para a produção artística:

1,00 por produção artístico cultural (funções do tipo 1 em produções artísticas apresentadas ao público com abrangência internacional)
0,80 por produção artístico cultural (funções do tipo 1 em produções artísticas apresentadas ao público com abrangência nacional)
0,70 por produção artístico cultural (funções do tipo 1 em produções artísticas apresentadas ao público com abrangência regional)
0,60 por produção artístico cultural (funções do tipo 1 em produções artísticas apresentadas ao público com abrangência local)
0,40 por produção artístico cultural (funções do tipo 2 em produções artísticas apresentadas ao público com abrangência internacional)
0,20 por produção artístico cultural (funções do tipo 2 em produções artísticas apresentadas ao público com abrangência nacional)
0,10 por produção artístico cultural (funções do tipo 2 em produções artísticas apresentadas ao público com abrangência regional)
0,05 por produção artístico cultural (funções do tipo 1 em produções artísticas apresentadas ao público com abrangência local)

Formação de RH – Período 2015 a 2018

Foram atribuídos pontos conforme a tabela a seguir que, ao serem multiplicados pelas respectivas quantidades, foram somados. A nota máxima contabilizada foi 10. A contagem foi feita conforme as regras: (a) 1,0 para cada orientação concluída entre 2015 e 2018 em que o proponente foi o orientador principal; (b) 0,5 para cada coorientação concluída entre 2015 e 2018; (c) 0,5 para cada orientação em

andamento na data de preenchimento do formulário e (d) 0,25 para cada coorientação em andamento na data de preenchimento do formulário.

6,0 por orientações de doutorado
3,0 por orientações de mestrado
3,0 por supervisão de pós-doutorado
1,5 por orientações de IC, TCC ou especialização

Tempo de Titulação

Caso o proponente não é pesquisador do CNPq (PQ ou DT), foram atribuídos pontos adicionais para os proponentes com menos tempo de titulação no doutorado conforme a tabela a seguir. Para calcular o tempo de titulação usou-se o ano em que o título de doutor foi obtido.

Ano da titulação	Tempo de titulação	Pontos
2018	0 anos	10,0
2017	1 ano	8,3
2016	2 anos	6,7
2015	3 anos	5,0
2014	4 anos	3,3
2013	5 anos	1,7
Até 2012	mais que 5 anos	0,0

4.1.2. Pontuação do Projeto/Plano de Atividades

O projeto de pesquisa foi avaliado de acordo com os critérios:

- Limite do número de 15 páginas do projeto;
- Formato: (10%) Apresentação, redação e estruturação.
- Mérito Científico: (20%) O projeto caracteriza um projeto de pesquisa, com mérito científico?
- Contribuições e Relevância Social: (15%) As contribuições dos resultados do projeto são bem claras? A relevância social – formação de pessoal, transferência de resultados para sociedade, entre outros - é discutida?
- Justificativa: (15%) Existe descrição sobre a importância da realização do projeto? São apontadas: delimitação, relevância e viabilidade?
- Objetivos: (10%) Os objetivos gerais e específicos são apresentados claramente, de forma delimitada? Os objetivos específicos definem os diferentes pontos a serem acordados dentro do objetivo geral?
- Atualização e relevância das referências bibliográficas: (10%) O levantamento bibliográfico apresentado é atual? Os trabalhos citados são relevantes para a proposta apresentada?
- Coerência dos objetivos propostos com a metodologia a ser utilizada, com os resultados pretendidos e com a avaliação da proposta: (20%) A metodologia é apresentada de forma a descrever como cada objetivo será alcançado? Os resultados pretendidos estão relacionados com os objetivos propostos?). A avaliação das soluções propostas é apresentada de forma a provar que os objetivos definidos serão alcançados?

O Plano de Trabalho para o bolsista responde por:

- Adequação das atividades previstas à natureza da Iniciação Científica: (30%) As atividades são condizentes com ações específicas para um bolsista de iniciação científica? Nível de dificuldade é adequado? Os pré-requisitos necessários para a realização das atividades são exequíveis por um aluno de graduação?

- Viabilidade temporal e econômica da execução das atividades: (20%) O aluno terá material disponível para realização das atividades? Há viabilidade de tempo para a execução das ações previstas?
- Relação do plano de trabalho do bolsista com o projeto de pesquisa: (30%) As atividades realizadas são condizentes com os objetivos do projeto de pesquisa? A execução das ações previstas no plano do aluno está temporalmente relacionada ao prazo proposto no projeto.
- Importância das atividades para o sucesso na realização do projeto: (20%) As atividades do bolsista são importantes, ou contribuem, para que os objetivos do projeto sejam atingidos?

5. Distribuição das Propostas aos Membros da Comissão de Seleção e Acompanhamento:

5.1 Critérios adotados para a distribuição dos projetos para avaliação

- Distribuição de acordo com as áreas afins dos membros da comissão;
- Distribuição de acordo com as temáticas de ensino, pesquisa e extensão dos membros da comissão;
- Distribuição equitativa entre os membros da comissão.



Universidade Federal de Santa Catarina
 Pró-Reitoria de Pesquisa – Propesq
 Superintendência de Projetos

Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-Af/CNPq), e Iniciação à Pesquisa Institucional (BIPI/UFSC) – 2018/2019



Distribuição de projetos por avaliador:

UNIDADE	PROFESSOR/ AVALIADOR	DEPTO	PROFESSOR / CANDIDATO	DEPTO	TÍTULO DO PROEJTO
CSE	RENÉ BIROCHI	CAD	MAURÍCIO ROQUE SERVA DE OLIVEIRA	CAD	GRUPOS DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL: UM FATOR DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO? UMA ANÁLISE BASEADA NA SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA
			ROGERIO TADEU DE OLIVEIRA LACERDA	CAD	INTEGRAÇÃO ENTRE STARTUPS INCUBADAS E UNIVERSIDADE PARA DIFUSÃO DE TÉCNICAS GERENCIAIS EM AMBIENTES DINÂMICOS
			ROLF HERMANN ERDMANN	CAD	RELAÇÕES COMPLEXAS NA ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO: ANÁLISE DE SISTEMAS COMPLEXOS DE PRODUÇÃO – O CASO DA INDÚSTRIA 4.0
			ROSALIA ALDRACI BARBOSA LAVARDA	CAD	INTERFACE ENTRE STRATEGIZING E TAREFAS QUE COMPÕEM OS TIPOS DE TRABALHO: ANÁLISE MICRO-ORGANIZACIONAL À LUZ DA TEORIA CONTINGENTE
			KARINE DE SOUZA SILVA	CNM	IMIGRANTES E REFUGIADOS NEGROS EM SANTA CATARINA: O ACESSO AOS DIREITOS CONTEMPLADOS NA LEI BRASILEIRA DE MIGRAÇÃO E NO MARCO REGULATÓRIO DA DÉCADA INTERNACIONAL DE AFRODESCENDENTES DA ONU
			JAIME HILLESHEIM	DSS	AS NOVAS BASES LEGAIS DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS: UM ESTUDO DE CONVENÇÕES E ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO CELEBRADOS EM SANTA CATARINA A PARTIR DE 2017

		RICARDO LARA	DSS	A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA NO BRASIL
		SIMONE SOBRAL SAMPAIO	DSS	FOUCAULT E MARX: APROXIMAÇÕES ANALÍTICAS
ROSALIA ALDRACI BARBOSA LAVARDA	CAD	ALEX MUSSOI RIBEIRO	CCN	RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES PERIÓDICAS EM UM AMBIENTE DE CONCORRÊNCIA INFORMACIONAL: UMA ANÁLISE COM COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO
		FABRICIA SILVA DA ROSA	CCN	RELAÇÃO ENTRE ESCOLHAS PÚBLICAS SOBRE INCENTIVOS PARA A INOVAÇÃO AMBIENTAL NA INDÚSTRIA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL DAS CIDADES
		ROGERIO TADEU DE OLIVEIRA LACERDA	CAD	INTEGRAÇÃO ENTRE STARTUPS INCUBADAS E UNIVERSIDADE PARA DIFUSÃO DE TÉCNICAS GERENCIAIS EM AMBIENTES DINÂMICOS
		ROLF HERMANN ERDMANN	CAD	RELAÇÕES COMPLEXAS NA ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO: ANÁLISE DE SISTEMAS COMPLEXOS DE PRODUÇÃO – O CASO DA INDÚSTRIA 4.0
		KARINE DE SOUZA SILVA	CNM	IMIGRANTES E REFUGIADOS NEGROS EM SANTA CATARINA: O ACESSO AOS DIREITOS CONTEMPLADOS NA LEI BRASILEIRA DE MIGRAÇÃO E NO MARCO REGULATÓRIO DA DÉCADA INTERNACIONAL DE AFRODESCENDENTES DA ONU
		MARCELO AREND	CNM	DESINDUSTRIALIZAÇÃO, DESERVICILIZAÇÃO E AGROPECUARIZAÇÃO: O CONCEITO DE “DOENÇA BRASILEIRA”
		ANDRÉA MÁRCIA SANTIAGO LOHMEYER FUCHS	DSS	O CONSELHO TUTELAR E A JUDICIALIZAÇÃO EM CASOS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS: UM ESTUDO DOS ENCAMINHAMENTOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL AO MINISTÉRIO PÚBLICO DE FLORIANÓPOLIS
		KELI REGINA DAL PRÁ	DSS	FAMÍLIA, CUIDADO E ATENÇÃO DOMICILIAR NO PROGRAMA MELHOR EM CASA NO ESTADO DE SANTA CATARINA
		ALCINDO CIPRIANO ARGOLO MENDES	CCN	MUDANÇA ESTRATÉGICA E AJUSTES NOS SISTEMAS DE CONTROLE GERENCIAL: O EFEITO DA IGNORÂNCIA PLURALÍSTICA

ALEX MUSSOI RIBEIRO	CCN	CARLOS EDUARDO FACIN LAVARDA	CCN	IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS DAS LÓGICAS INSTITUCIONAIS RELACIONADAS COM O SISTEMA DE CONTROLE GERENCIAL NO SETOR PÚBLICO
		ILSE MARIA BEUREN	CCN	RELAÇÃO ENTRE SISTEMAS DE CONTROLE GERENCIAL E GESTÃO DA INOVAÇÃO EM STARTUPS
		JOSE ALONSO BORBA	CCN	DE ONDE VEM E PARA ONDE VÃO OS RECURSOS DAS MAIORES ONGS DO MUNDO?
		ROGERIO JOAO LUNKES	CCN	PRÁTICAS DE CONTABILIDADE GERENCIAL: ESTUDO EM ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS
		SULIANI ROVER	CCN	CARACTERÍSTICAS DOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA DE EMPRESAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DA VERTENTE AMBIENTAL DA SUSTENTABILIDADE
		VALDIRENE GASPARETTO	CCN	PRÁTICAS DE CONTABILIDADE GERENCIAL: ESTUDO EM ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS
		SOLANGE REGINA MARIN	CNM	POBREZA MULTIDIMENSIONAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL: COMPARAÇÃO DOS MÉTODOS ALKIRE-FOSTER E CONJUNTO FUZZY (2000-2010)
MARCELO AREND	CNM	ANDRÉ ALVES PORTELA SANTOS	CNM	NOVAS ABORDAGENS DE OTIMIZAÇÃO DE CARTEIRAS E GERENCIAMENTO DE RISCOS EM CARTEIRAS DE RENDA FIXA
		GUILHERME VALLE MOURA	CNM	MODELOS MULTIVARIADOS PARA VOLATILIDADE ESTOCÁSTICA
		HELTON RICARDO OURIQUES	CNM	O BRASIL COMO SEMIPERIFERIA NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA
		IARA COSTA LEITE	CNM	DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO E EFETIVIDADE DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: UMA ANÁLISE DE ACORDOS BILATERAIS ENVOLVENDO O BRASIL
		LAURO FRANCISCO MATTEI	CNM	ANÁLISE DA DINÂMICA E EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2017
		MICHELE ROMANELLO	CNM	CAPITAL SOCIAL, ECONOMIA SOLIDARIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
		PABLO FELIPE BITTENCOURT	CNM	SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÕES BRASILEIRO NOS GOVERNOS LULA E DILMA - UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DAS ATIVIDADES

		RONIVALDO STEINGRABER	CNM	APLICAÇÕES DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO NA ECONOMIA
KELI REGINA DAL PRÁ	DSS	SOLANGE REGINA MARIN	CNM	POBREZA MULTIDIMENSIONAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL: COMPARAÇÃO DOS MÉTODOS ALKIRE-FOSTER E CONJUNTO FUZZY (2000-2010)
		ANDRÉA MÁRCIA SANTIAGO LOHMEYER FUCHS	DSS	O CONSELHO TUTELAR E A JUDICIALIZAÇÃO EM CASOS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS: UM ESTUDO DOS ENCAMINHAMENTOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL AO MINISTÉRIO PÚBLICO DE FLORIANÓPOLIS
		CARLA ROSANE BRESSAN	DSS	CARTOGRAFIA DOS CONSELHOS TUTELARES: UM ESTUDO SOBRE O PERFIL E FAZER PROFISSIONAL DOS CONSELHEIROS E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO EM SANTA CATARINA
		HELDER BOSKA DE MORAES SARMENTO	DSS	FUNDAMENTOS SOBRE AÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL
		JAIME HILLESHEIM	DSS	AS NOVAS BASES LEGAIS DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS: UM ESTUDO DE CONVENÇÕES E ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO CELEBRADOS EM SANTA CATARINA A PARTIR DE 2017
		LILIANE MOSER	DSS	POLÍTICAS FAMILIARES E PROTEÇÃO SOCIAL: PROPOSIÇÕES E PERSPECTIVAS ANALÍTICAS
		MARIA DEL CARMEN CORTIZO	DSS	CONSTITUINTE E LUTA HEGEMÔNICA: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1987/1988
		MARISA CAMARGO	DSS	EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO
		MICHELLY LAURITA WIESE	DSS	JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: OS PERCURSOS QUE TRANSFORMAM OS DIREITOS SOCIAIS EM AÇÕES JUDICIAIS
ROGÉRIO TADEU DE OLIVEIRA LACERDA	CAD	DENIZE DEMARCHE MINATTI FERREIRA	CCN	ONDE ESTÃO E O QUE FAZEM AS MESTRAS E DOUTORAS EM CONTABILIDADE FORMADAS NO BRASIL?
		ILSE MARIA BEUREN	CCN	RELAÇÃO ENTRE SISTEMAS DE CONTROLE GERENCIAL E GESTÃO DA INOVAÇÃO EM STARTUPS

		JOSE ALONSO BORBA	CCN	DE ONDE VEM E PARA ONDE VÃO OS RECURSOS DAS MAIORES ONGS DO MUNDO?
		ROGERIO JOAO LUNKES	CCN	PRÁTICAS DE CONTABILIDADE GERENCIAL: ESTUDO EM ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS
		MAURÍCIO ROQUE SERVA DE OLIVEIRA	CAD	GRUPOS DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL: UM FATOR DE AVANÇO CIENTÍFICO? UMA ANÁLISE BASEADA NA SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA
		ROSALIA ALDRACI BARBOSA LAVARDA	CAD	INTERFACE ENTRE STRATEGIZING E TAREFAS QUE COMPÕEM OS TIPOS DE TRABALHO:
		ANDRÉ ALVES PORTELA SANTOS	CNM	NOVAS ABORDAGENS DE OTIMIZAÇÃO DE CARTEIRAS E GERENCIAMENTO DE RISCOS EM CARTEIRAS DE RENDA FIXA
		HELTON RICARDO OURIQUES	CNM	O BRASIL COMO SEMIPERIFERIA NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA
SANDRA ROLIM ENSSLIN	CCN	ALCINDO CIPRIANO ARGOLO MENDES	CCN	MUDANÇA ESTRATÉGICA E AJUSTES NOS SISTEMAS DE CONTROLE GERENCIAL: O EFEITO DA IGNORÂNCIA PLURALÍSTICA
		ALEX MUSSOI RIBEIRO	CCN	RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES PERIÓDICAS EM UM AMBIENTE DE CONCORRÊNCIA INFORMACIONAL: UMA ANÁLISE COM COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO
		CARLOS EDUARDO FACIN LAVARDA	CCN	ESTUDOS SOBRE PLANEJAMENTO E CONTROLE EMPRESARIAL
		DENIZE DEMARCHE MINATTI FERREIRA	CCN	ONDE ESTÃO E O QUE FAZEM AS MESTRAS E DOUTORAS EM CONTABILIDADE FORMADAS NO BRASIL?
		FABRICIA SILVA DA ROSA	CCN	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: INSTRUMENTO PARA APOIAR DECISÕES NA GESTÃO PÚBLICA DAS CIDADES
		SULIANI ROVER	CCN	CARACTERÍSTICAS DOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA DE EMPRESAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DA VERTENTE AMBIENTAL DA SUSTENTABILIDADE
		VALDIRENE GASPARETTO	CCN	PRÁTICAS DE CONTABILIDADE GERENCIAL: ESTUDO EM ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS
		RENÊ BIROCHI	CAD	ALIMENTOS BONS, LIMPOS E JUSTOS: AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA NO MOVIMENTO SLOW FOOD

KARINE DE SOUZA SILVA	CNM	GUILHERME VALLE MOURA	CNM	MODELOS MULTIVARIADOS PARA VOLATILIDADE ESTOCÁSTICA
		IARA COSTA LEITE	CNM	DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO E EFETIVIDADE DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: UMA ANÁLISE DE ACORDOS BILATERAIS ENVOLVENDO O BRASIL
		LAURO FRANCISCO MATTEI	CNM	ANÁLISE DA DINÂMICA E EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2016
		MARCELO AREND	CNM	DESINDUSTRIALIZAÇÃO, DESERVICILIZAÇÃO E AGROPECUARIZAÇÃO: O CONCEITO DE “DOENÇA BRASILEIRA”
		MICHELE ROMANELLO	CNM	CAPITAL SOCIAL, ECONOMIA SOLIDARIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
		PABLO FELIPE BITTENCOURT	CNM	SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÕES BRASILEIRO NOS GOVERNOS LULA E DILMA - UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DAS ATIVIDADES
		RONIVALDO STEINGRABER	CNM	APLICAÇÕES DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO NA ECONOMIA
JAIME HILLESHEIM	DSS	RENÉ BIROCHI	CAD	ALIMENTOS BONS, LIMPOS E JUSTOS: AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA NO MOVIMENTO SLOW FOOD
		CARLA ROSANE BRESSAN	DSS	CARTOGRAFIA DOS CONSELHOS TUTELARES: UM ESTUDO SOBRE O PERFIL E FAZER PROFISSIONAL DOS CONSELHEIROS E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO EM SANTA CATARINA
		HELDER BOSKA DE MORAES SARMENTO	DSS	FUNDAMENTOS SOBRE AÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL
		KELI REGINA DAL PRÁ	DSS	FAMÍLIA, CUIDADO E ATENÇÃO DOMICILIAR NO PROGRAMA MELHOR EM CASA NO ESTADO DE SANTA CATARINA
		LILIANE MOSER	DSS	POLÍTICAS FAMILIARES E PROTEÇÃO SOCIAL: PROPOSIÇÕES E PERSPECTIVAS ANALÍTICAS
		MARIA DEL CARMEN CORTIZO	DSS	CONSTITUINTE E LUTA HEGEMÔNICA: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1987/1988

		MARISA CAMARGO	DSS	EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO
		MICHELLY LAURITA WIESE	DSS	JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: OS PERCURSOS QUE TRANSFORMAM OS DIREITOS SOCIAIS EM AÇÕES JUDICIAIS
		RICARDO LARA	DSS	A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA NO BRASIL

6. PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

Proponente	Resultado	Justificativa
LAURO FRANCISCO MATTEI	Indeferido	Prezado Professor Lauro Francisco Mattei, ocorreu um erro no sistema e sua proposta não foi reprovada. Por sinal, o mérito foi avaliado e reconhecido com as notas: Avaliador 1: 8.93; Avaliador 2: 8.94; Média final: 8.93. Portanto, solicitamos que desconsidere a mensagem: “Nenhum plano de 1 e/ou 2 foram aprovados pela comissão de avaliação“. Essa mensagem não significa que a proposta foi reprovada.
MAURÍCIO ROQUE SERVA DE OLIVEIRA	Indeferido	Prezado Professor Maurício Roque Serva de Oliveira, a comissão PIBIC/UFSC e, por conseguinte, a comissão interna PIBIC/CSE seguindo e dialogando com as orientações da primeira, priorizam desenvolver um trabalho de avaliação que objetiva evidenciar da melhor maneira os critérios para o pleiteamento das bolsas PIBIC. Isso é resultado de inúmeras reuniões de trabalho da Comissão PIBIC/UFSC, que tem como objetivo aprimorar as seleções das propostas. No caso, o Edital especifica: “6.2.1. A [...] o Projeto de Pesquisa em si, limitado a 15 páginas.” No caso de exceder o número de páginas, a proposta é desclassificada e o currículo do professor não é avaliado. Evidente que os projetos não são avaliados pelos números de páginas, mas a adequação do projeto as 15 páginas exigidas é um critério para qualificação da proposta. Cabe ainda mencionar que, o sistema desenvolvido pela PROPESQ impede a avaliação de projetos que contenham mais que 15 páginas. Todos os itens referentes à avaliação qualitativa do projeto são bloqueados após a constatação de

		que o projeto possui mais que 15 páginas. Neste caso, o projeto é sumariamente desclassificado, de acordo com as diretrizes estabelecidas no edital. Portanto, a Comissão PIBIC/CSE não acata a vossa solicitação de recurso e mantém a avaliação original.
--	--	---

7. Considerações finais

A comissão desenvolveu as atividades de avaliação das propostas de acordo com as orientações do Edital Propesq 01/2018 e o material do Comitê Pró-Iniciação Científica oferecido na reunião com os Presidentes das Comissões do PIICT.

As reuniões e avaliações das propostas transcorreram normalmente, não houve registro de dificuldades nas avaliações dos projetos e pontuação dos currículos.

Do total de planos aprovados no CSE, a distribuição por Departamentos são: CNM – 12; CCN – 11; DSS – 11; CAD – 2;

Planos desclassificados por Departamentos: CNM – 2; CCN – 2; DSS – 2; CAD – 1

Os pedidos de reconsiderações foram analisados de acordo com critérios do EDITAL e foram indeferidos, conforme justificativas apresentadas no item 6 do presente relatório.

Tabela de Classificação após a seleção pelo Comitê Interno

**CENTRO CSE: Total de planos solicitados: 43 / Total de planos Aprovados: 36
31 Candidatos Classificados / 07 Não Classificados**

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	ORIENTADOR	CENTRO	DEPTO	PROJETO	PLANO 1 OU 2	NOTA AVAL. 1	NOTA AVAL. 2	MÉDIA FINAL
1	ILSE MARIA BEUREN	CSE	CCN	RELAÇÃO ENTRE SISTEMAS DE CONTROLE GERENCIAL E GESTÃO DA INOVAÇÃO EM STARTUPS	1	9.80	9.86	9.83
2	RICARDO LARA	CSE	DSS	A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA NO BRASIL	1	9.79	9.57	9.68
3	KARINE DE SOUZA SILVA	CSE	CNM	IMIGRANTES E REFUGIADOS NEGROS EM SANTA CATARINA: O ACESSO AOS DIREITOS CONTEMPLADOS NA LEI BRASILEIRA DE MIGRAÇÃO E NO MARCO REGULATÓRIO DA DÉCADA INTERNACIONAL DE AFRODESCENDENTES DA ONU	1	9.43	9.85	9.64
4	JOSE ALONSO BORBA	CSE	CCN	DE ONDE VEM E PARA ONDE VÃO OS RECURSOS DAS MAIORES ONGS DO MUNDO?	1	9.42	9.51	9.46
5	ROGERIO JOAO LUNKES	CSE	CCN	PRÁTICAS DE CONTABILIDADE GERENCIAL: ESTUDO EM ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS	1	9.55	9.24	9.39

6	JAIME HILLESHEIM	CSE	DSS	AS NOVAS BASES LEGAIS DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS: UM ESTUDO DE CONVENÇÕES E ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO CELEBRADOS EM SANTA CATARINA A PARTIR DE 2017	1	9.50	9.03	9.32
7	ANDRÉ ALVES PORTELA SANTOS	CSE	CNM	NOVAS ABORDAGENS DE OTIMIZAÇÃO DE CARTEIRAS E GERENCIAMENTO DE RISCOS EM CARTEIRAS DE RENDA FIXA	1	9.22	9.27	9.25
8	ROGERIO TADEU DE OLIVEIRA LACERDA	CSE	CCN	INTEGRAÇÃO ENTRE STARTUPS INCUBADAS E UNIVERSIDADE PARA DIFUSÃO DE TÉCNICAS GERENCIAIS EM AMBIENTES DINÂMICOS	1	9.18	9.26	9.22
9	CARLOS EDUARDO FACIN LAVARDA	CSE	CCN	ESTUDOS SOBRE PLANEJAMENTO E CONTROLE EMPRESARIAL	1	8.87	9.25	9.06
10	LAURO FRANCISCO MATTEI	CSE	CNM	ANÁLISE DA DINÂMICA E EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2017	1	8.93	8.94	8.93
11	SULIANI ROVER	CSE	CCN	CARACTERÍSTICAS DOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA DE EMPRESAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DA VERTENTE AMBIENTAL DA SUSTENTABILIDADE	1	9.17	8.44	8.80
12	PABLO FELIPE BITTENCOURT	CSE	CNM	SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÕES BRASILEIRO	1	8.73	8.70	8.71

				NOS GOVERNOS LULA E DILMA - UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DAS ATIVIDADES				
13	RENÊ BIROCHI	CSE	CAD	ALIMENTOS BONS, LIMPOS E JUSTOS: AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA NO MOVIMENTO SLOW FOOD	1	8.55	8.85	8.70
14	SOLANGE REGINA MARIN	CSE	CNM	POBREZA MULTIDIMENSIONAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL: COMPARAÇÃO DOS MÉTODOS ALKIRE-FOSTER E CONJUNTO FUZZY (2000-2010)	1	8.94	8.45	8.70
15	DENIZE DEMARCHE MINATTI FERREIRA	CSE	CCN	ONDE ESTÃO E O QUE FAZEM AS MESTRAS E DOUTORAS EM CONTABILIDADE FORMADAS NO BRASIL?	1	8.88	8.46	8.67
16	MARCELO AREND	CSE	CNM	DESINDUSTRIALIZAÇÃO, DESERVICILIZAÇÃO E AGROPECUARIZAÇÃO: O CONCEITO DE “DOENÇA BRASILEIRA”	1	8.20	8.95	8.57
17	KELI REGINA DAL PRÁ	CSE	DSS	FAMÍLIA, CUIDADO E ATENÇÃO DOMICILIAR NO PROGRAMA MELHOR EM CASA NO ESTADO DE SANTA CATARINA	1	8.58	8.52	8.55
18	ROSALIA ALDRACI BARBOSA LAVARDA	CSE	CAD	INTERFACE ENTRE STRATEGIZING E TAREFAS QUE COMPÕEM OS TIPOS DE TRABALHO: ANÁLISE MICRO-ORGANIZACIONAL À	1	8.39	8.69	8.54

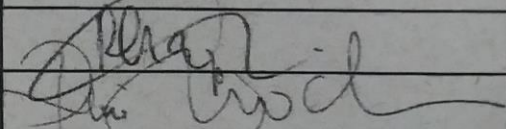
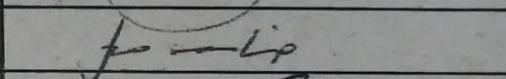

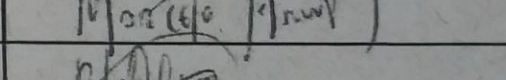
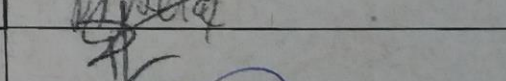
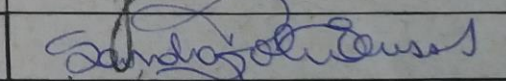
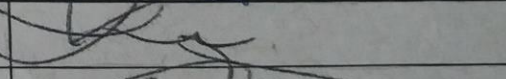
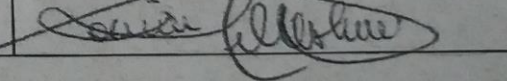
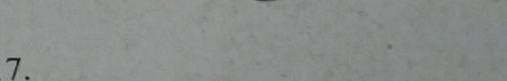
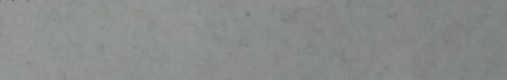
				LUZ DA TEORIA CONTINGENTE				
19	LILIANE MOSER	CSE	DSS	POLÍTICAS FAMILIARES E PROTEÇÃO SOCIAL: PROPOSIÇÕES E PERSPECTIVAS ANALÍTICAS	1	8.66	8.28	8.47
20	ALEX MUSSOI RIBEIRO	CSE	CCN	RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES PERIÓDICAS EM UM AMBIENTE DE CONCORRÊNCIA INFORMACIONAL: UMA ANÁLISE COM COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO	1	7.86	9.07	8.46
21	GUILHERME VALLE MOURA	CSE	CNM	MODELOS MULTIVARIADOS PARA VOLATILIDADE ESTOCÁSTICA	1	8.34	8.29	8.31
22	VALDIRENE GASPARETTO	CSE	CCN	PRÁTICAS DE CONTABILIDADE GERENCIAL: ESTUDO EM ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS	1	8.81	7.71	8.26
23	IARA COSTA LEITE	CSE	CNM	DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO E EFETIVIDADE DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: UMA ANÁLISE DE ACORDOS BILATERAIS ENVOLVENDO O BRASIL	1	8.34	8.14	8.25

24	HELTON RICARDO OURIQUES	CSE	CNM	O BRASIL COMO SEMIPERIFERIA NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA	1	8.10	8.31	8.21
25	SIMONE SOBRAL SAMPAIO	CSE	DSS	FOUCAULT E MARX: APROXIMAÇÕES ANALÍTICAS	1	8.15	8.10	8.13
26	MARIA DEL CARMEN CORTIZO	CSE	DSS	CONSTITUINTE E LUTA HEGEMÔNICA: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1987/1988	1	7.90	8.32	8.11
27	ALCINDO CIPRIANO ARGOLO MENDES	CSE	CCN	MUDANÇA ESTRATÉGICA E AJUSTES NOS SISTEMAS DE CONTROLE GERENCIAL: O EFEITO DA IGNORÂNCIA PLURALÍSTICA	1	8.44	7.31	7.88
28	HELDER BOSKA DE MORAES SARMENTO	CSE	DSS	FUNDAMENTOS SOBRE AÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	1	7.28	7.12	7.20
29	MARISA CAMARGO	CSE	DSS	EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO	1	6.94	6.36	6.65
30	CARLA ROSANE BRESSAN	CSE	DSS	CARTOGRAFIA DOS CONSELHOS TUTELARES: UM ESTUDO SOBRE O PERFIL E FAZER PROFISSIONAL DOS CONSELHEIROS E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO EM SANTA CATARINA	1	6.24	6.47	6.36

31	MICHELLY LAURITA WIESE	CSE	DSS	JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: OS PERCURSOS QUE TRANSFORMAM OS DIREITOS SOCIAIS EM AÇÕES JUDICIAIS	1	6.03	6.07	6.05
32	ILSE MARIA BEUREN	CSE	CCN	RELAÇÃO ENTRE SISTEMAS DE CONTROLE GERENCIAL E GESTÃO DA INOVAÇÃO EM STARTUPS	2	9.80	9.86	9.83
33	KARINE DE SOUZA SILVA	CSE	CNM	IMIGRANTES E REFUGIADOS NEGROS EM SANTA CATARINA: O ACESSO AOS DIREITOS CONTEMPLADOS NA LEI BRASILEIRA DE MIGRAÇÃO E NO MARCO REGULATÓRIO DA DÉCADA INTERNACIONAL DE AFRODESCENDENTES DA ONU	2	9.43	9.85	9.64
34	IARA COSTA LEITE	CSE	CNM	DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO E EFETIVIDADE DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: UMA ANÁLISE DE ACORDOS BILATERAIS ENVOLVENDO O BRASIL	2	8.34	8.14	8.25
35	GUILHERME VALLE MOURA	CSE	CNM	MODELOS MULTIVARIADOS PARA VOLATILIDADE ESTOCÁSTICA	2	8.34	8.29	8.31

36	MARISA CAMARGO	CSE	DSS	EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO	2	6.94	6.36	6.65
NÃO CLASSIFICADO	FABRICIA SILVA DA ROSA	CSE	CCN	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: INSTRUMENTO PARA APOIAR DECISÕES NA GESTÃO PÚBLICA DAS CIDADES	1 e 2	DESFAV	DESFAV	DESFAV
NÃO CLASSIFICADO	ANDRÉA MÁRCIA SANTIAGO LOHMEYER FUCHS	CSE	DSS	O CONSELHO TUTELAR E A JUDICIALIZAÇÃO EM CASOS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS: UM ESTUDO DOS ENCAMINHAMENTOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL AO MINISTÉRIO PÚBLICO DE FLORIANÓPOLIS	1 e 2	DESFAV	DESFAV	DESFAV
NÃO CLASSIFICADO	MICHELE ROMANELLO	CSE	CNM	CAPITAL SOCIAL, ECONOMIA SOLIDARIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	1	DESFAV	DESFAV	DESFAV
NÃO CLASSIFICADO	RONIVALDO STEINGRABER	CSE	CNM	APLICAÇÕES DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO NA ECONOMIA	1	DESFAV	DESFAV	DESFAV
NÃO CLASSIFICADO	MAURÍCIO ROQUE SERVA DE OLIVEIRA	CSE	CAD	GRUPOS DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL: UM FATOR DE AVANÇO CIENTÍFICO? UMA ANÁLISE BASEADA NA SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA	1	DESFAV	DESFAV	DESFAV

**MEMBROS DA COMISSÃO LOCAL DE SELEÇÃO E ACOMPANHAMENTO
(CSE)**

UNIDADE	PROFESSOR	DEPTO	Assinatura
CSE	Ricardo Lara (P)	DSS	
	René Birochi	CAD	
	Rosalia Aldraci Barbosa Lavarda	CAD	
	Alex Mussoi Ribeiro	CCN	
	Marcelo Arend	CNM	
	Keli Regina Dal Prá	DSS	
	Rogério Tadeu de Oliveira Lacerda	CAD	
	Sandra Rolim Ensslin	CCN	
	Karine de Souza Silva	CNM	
	Jaime Hillesheim	DSS	

Florianópolis, 22 de junho de 2017.

